

PORtugal DIPLOMÁTICO



**Cimeira Luso-Espanhola
Eleições em Moçambique
Entrevista a Raquel Vaz-Pinto**

V^a EDIÇÃO
Outubro 2024



0 35545 62336 78 1

Índice

- Mês do MNE..... pág. 2
 - Visita ao México pág. 2
 - Encontro com Edmundo González..... pág 3
 - Cimeira MED9..... pág. 3
 - Encontro com Roberta Metsola..... pág. 4
 - IIº Reunião 2+2..... pág. 4
 - Conferência Looking back, looking forward - Conference on the 20th Anniversary of the 2004 EU Enlargement..... pág. 5
- Cimeira Luso-Espanhola..... pág. 6
- Entrevista a Raquel Vaz-Pinto..... pág. 7
- Um ano de conflito no Médio Oriente..... pág. 20
- Eleições em Moçambique..... pág. 24

Mês do MNE

Por Bruno Oliveira e Dario Vargas

Neste mês de outubro destacamos a visita do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros ao México, o seu encontro com Edmundo González, a sua participação na Cimeira dos Países do Sul da Europa (MED9), o seu encontro com a Presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola, a II^a Reunião 2+2 e a conferência *Looking back, looking forward - Conference on the 20th Anniversary of the 2004 EU Enlargement.*

Visita ao México

No passado dia 1 de outubro, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel, deslocou-se ao México para presenciar a cerimónia de investidura da presidente do país, Claudia Sheinbaum. Portugal foi o único país da União Europeia com representação a nível ministerial neste evento.

Durante esta visita, o Ministro foi recebido pelo embaixador de Portugal no México, Manuel Carvalho, para um evento com a participação de membros do corpo diplomático português no país, figuras empresariais portuguesas e certos membros da sociedade civil mexicana. O embaixador realçou a importância desse dia para o México, pois Sheinbaum tornou-se na primeira mulher no cargo da presidência do país, mas também reembrou as fortes potencialidades das relações entre o México e Portugal, particularmente a nível económico e político.



Ministro dos Negócios Estrangeiros Paulo Rangel (segundo na direita) num evento organizado pelo Embaixador Manuel Carvalho (último na direita) (Foto: Mundo Internacional)

Por sua vez, o Ministro comentou a “excelência das relações” e que “na (sua) visão, as nossas relações devem crescer”, destacando três dimensões prioritárias entre as relações dos dois países: uma dimensão económica, uma dimensão política e uma dimensão cultural. Economicamente, Rangel afirmou existirem setores no México que beneficiariam do ‘know-how’ de certas empresas nacionais, destacando o setor das energias renováveis como um setor onde “Portugal poderá marcar a sua presen-

ça". Politicamente, enalteceu o potencial do México servir como um mediador em vários conflitos a decorrer na atualidade, mencionando a Guerra Russo-Ucraniana e a Guerra em Gaza como dois exemplos. Culturalmente, realça a riqueza cultural mexicana e a sua "cultura milenar" mas que mostra "uma cara renovada, sendo orgulhoso do passado mas também do presente". Relativamente à nova governante, Rangel admitiu esperar continuidade das políticas do seu antecessor, Andrés López Obrador, mas também um novo foco no desenvolvimento sustentável e uma atitude mais ativa no plano internacional.

Durante esta visita, o Ministro deslocou-se a várias zonas de importância cultural e económica, nomeadamente o Museu de Antropologia, o Corredor Interoceânico do Istmo de Tehuantepec (CIIT), o Fundo de Cultura Económica e a Confederação de Câmaras Nacionais de Comércio, Serviços e Turismo.

Encontro com Edmundo González

No dia 10 de outubro, Paulo Rangel recebeu o candidato presidencial venezuelano Edmundo González. Entre os temas abordados entre ambos esteve a situação atual na Venezuela, a importância das comunidades portuguesas no país e a defesa dos valores da liberdade, democracia e pluralismo.



Cimeira MED9

No dia 11, no Chipre, o ministro participou na Cimeira dos Países do Sul da Europa, o MED9, em representação do Primeiro-Ministro, Luís Montenegro.

Paulo Rangel (à esquerda) e Edmundo González (à direita) (foto: Jornal Mundo Lusíada)

Desta cimeira fazem parte Portugal, Espanha, França, Itália, Grécia, Malta, Chipre, Croácia e Eslovénia, sendo que este ano contou com a presença do rei Abdullah II da Jordânia e a Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen.

Durante o MED9, foram realizadas duas reuniões com Abdullah II com o objetivo de discutir o conflito no Médio Oriente. Também foi preparada a agenda europeia, em conjunto com von der Leyen, para os próximos cinco anos.

O MED9 surgiu pela primeira vez em 2013 por iniciativa da Espanha e do Chipre. A organização tem como objetivo principal a discussão sobre os interesses e desafios comuns dos países europeus acima referidos na região do Mediterrâneo. Todos os países pertencem à UE, à zona Euro e ao Espaço Schengen (exceto o Chipre). Os membros mais recentes são a Croácia e a Eslovénia que aderiram no ano de 2021.



Chefes de Estado e de Governo do MED9 (foto: Knews)

Encontro com Roberta Metsola

A meio do mês, o MENE reuniu com a Presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola. No seu encontro esteve presente a questão dos conflitos atuais na Ucrânia e no Médio Oriente, o alargamento e as reformas financeira e institucional da UE, bem como o papel do Parlamento Europeu nos próximos anos.

II^a Reunião 2+2

No dia 21, o ministro deslocou-se a Madrid, onde reuniu com o seu homólogo espanhol, José Manuel Albares, no âmbito da II^a Reunião 2+2. O Ministro da Defesa, Nuno Melo também participou na reunião, bem como a sua homóloga espanhola, Margarita Robles.

Na agenda da reunião estiveram os principais conflitos atuais, como a guerra na Ucrânia, no Médio Oriente e no Sahel. Também foi discutido o papel da União Europeia e da NATO nestes conflitos e na generalidade, para além da Vizinhança Sul. O dia do MENE foi ainda marcado pelo almoço promovido pela Câmara de Comércio Hispano Portuguesa.



Paulo Rangel, José Manuel Albares, Margarita Robles e Nuno Melo na reunião 2+2 (foto: MNE)

Segundo uma declaração conjunta Portugal Espanha 2+2, os dois países reconheceram a importância da cooperação no domínio das indústrias de Defesa e o seu compromisso com a NATO, nomeadamente a abordagem de 360º e as relações com a Vizinhança Sul. No que toca à UE, ambos os países defendem o alargamento da mesma, o aprofundamento e renovação da Associação UE-Vizinhança Sul e o Novo Pacto para o Atlântico. Quanto ao conflito no Médio Oriente, os dois Estados condenaram os ataques realizados pelo Irão, apelam a um cessar-fogo e defendem a solução de dois Estados como a solução que permitirá a paz na região. Relativamente à guerra na Ucrânia, tanto Portugal como Espanha condenam a agressão da Rússia, asseguram a continuidade do apoio à Ucrânia e salientam a sua participação na Conferência de Ação para a Desminagem Humanitária na Ucrânia, que ocorreu em Lausanne nos dias 17 e 18 do mesmo mês.

O último ponto foram as oportunidades de cooperação e desafios em África para as próximas décadas. Enquanto o ministro espanhol informou sobre a futura estratégia Espanha-África, Paulo Rangel abordou a importância da CPLP no quadro das relações entre os dois continentes, contando a organização com 33 membros observadores, entre eles Espanha. Foi também abordada a nomeação do anterior Ministro dos Negócios Estrangeiros, João Gomes Cravinho, para o cargo de Representante Especial da UE para o Sahel, bem como os resultados das eleições em Moçambique e a situação em Cabo Delgado. Por fim, discutiram a importância da Iniciativa de Defesa 5+5, entre Portugal, Espanha, Itália, França, Malta e Marrocos, a Argélia, a Tunísia, a Líbia e a Mauritânia.

Looking back, looking forward - Conference on the 20th Anniversary of the 2004 EU Enlargement

No final do mês, mais precisamente no dia 25, o ministro participou na conferência *Looking back, looking forward - Conference on the 20th Anniversary of the 2004 EU Enlargement* organizada pela Universidade de Coimbra.

Para além do ministro, estiveram também presentes os embaixadores dos 10 países que aderiram à UE em 2004 (Chipre, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia e República Checa), bem como representantes de *think tanks* dos respetivos países.

Cimeira Luso-Espanhola

Por Bruno Oliveira

No dia 23 de outubro realizou-se, em Faro, a 35ª Cimeira Luso-Espanhola, sob o mote “Água, um bem comum”. Na cimeira estiveram presentes o Primeiro-Ministro de Portugal, Luís Montenegro, e o Presidente do Governo de Espanha, Pedro Sanchez, bem como diversos ministros de ambos os países, entre eles os ministros dos Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel e José Manuel Albares.



Reunião entre os governos português e espanhol (foto: Observador)

Nesta cimeira foram assinados 11 acordos entre os dois países, sendo que a maioria está relacionado com as questões hídricas, como o Acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha para a Segurança da Navegação e Náutica de Recreio no Troço Internacional do Rio Guadiana ou Acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha relativo à Pesca no Troço Internacional do Rio Guadiana. Para além disso, também foram realizados acordos noutras áreas como a cultura, em que foi assinado um memorando que estabelece as bases da cooperação entre a BNP - Biblioteca Nacional de Portugal e a BNE - Biblioteca Nacional de Espanha.

De acordo com a declaração conjunta, foram também alvo de discussão da cimeira a inovação tecnológica, a realidade transfronteiriça, as questões de defesa e de segurança (nomeadamente sobre os atuais conflitos na Ucrânia e no Líbano), a participação dos dois países na União Europeia e a defesa do multilateralismo, com destaque para a ONU.

“Esta cimeira representa bem a força da nossa relação, a excelência das relações, quer na componente bilateral, quer nas componentes multilaterais no contexto europeu e de várias organizações internacionais”. Foi com estas palavras que Luís Montenegro descreveu a cimeira, enquanto que Pedro Sanchez afirmou que “Espanha e Portugal reforçaram a sua cooperação estratégica com base numa renovada confiança no projeto europeu e em defesa do multilateralismo”.

Entrevista a Raquel Vaz-Pinto

Este mês entrevistamos Raquel Vaz-Pinto, investigadora do Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI) da Universidade Nova de Lisboa e professora associada convidada da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da mesma Universidade. Foi Presidente da Associação Portuguesa de Ciência Política de 2012 a 2016 e consultora do Conselho de Administração da Fundação Calouste Gulbenkian de 2020 a 2022. Autora de vários artigos e livros entre os quais «Os Portugueses e o Mundo» editado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos e a «A Grande Muralha e o Legado de Tiananmen, a China e os Direitos Humanos» editado pela Tinta-dachina. Em matéria de podcasts, faz dupla com Pedro Vieira e o seu último projeto foi «As Amigas de Eleanor» da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, um podcast sobre histórias de mulheres extraordinárias gravado ao vivo e centrado na figura de Eleanor Roosevelt. Atualmente, é analista residente de política internacional da SIC Notícias. Entrevista realizada por Bruno Oliveira.

Primeiro de tudo, é um prazer ter a Raquel Vaz-Pinto aqui connosco. Vamos começar com uma pergunta em grande: o século XX para muitas pessoas é considerado como o século americano. Será que o século XXI, o nosso século, irá ser o século chinês?

Bem, antes de mais, obrigada pelo convite, é com mesmo muito gosto que participo neste projeto feito por estudantes, que é sempre de louvar. De facto, a pergunta é em grande e não há uma resposta fácil. A resposta honesta é: não sabemos. No entanto, eu tenho algumas dúvidas sobre a certeza ou aquilo que muitas vezes é apontado como este século, como o século da China. E essas questões para mim estão sobretudo centradas, por um lado, nos problemas, nos desafios muito grandes que a China tem dentro de casa, ou seja, naquilo que será este caminho até chegar ao estatuto de superpotência, que neste momento apenas os Estados Unidos o são, e por outro lado também, apesar de muitos avisos, muitos erros de política externa, muitos problemas também internos da própria democracia liberal dos Estados Unidos. Eu penso que é um pouco prematuro nós retirarmos os Estados Unidos desta luta. De muitos cenários que são avançados, eles são de facto muitos, talvez o mais realista, mas temos sempre que pôr aqui um asterisco, porque nós não sabemos de tudo o que é que vai acontecer neste século XXI, talvez o cenário mais plausível seja um cenário de uma



Raquel Vaz-Pinto (foto: FLAD)

espécie de bipolaridade, ou seja, um mundo não totalmente dividido, mas um mundo centrado em dois grandes pólos: os Estados Unidos de um lado, a China do outro. Penso que essa talvez seja a resposta mais sensata à pergunta para a qual, como é óbvio, nós não sabemos de todo como é que tudo isto se vai desenrolar.

E de que forma é que essa bipolaridade seria distinta da que houve na Guerra Fria?

Em primeiro lugar, eu penso que o aspeto ou a dimensão que mais vezes é apontada, e por isso é que também muitos académicos não gostam ou não apreciam ou não consideram correto chamar a esta rivalidade global uma «nova Guerra Fria». Ou seja, é evidente que nós todos agradecemos, enquanto humanidade, que a guerra, que o conflito entre estes dois países se mantenha frio, para que não haja uma guerra nuclear, mas sobretudo numa característica da Guerra Fria, que era esta. Estávamos a falar de dois blocos, com dois líderes, cujos sistemas internos, cuja forma de se organizar, seja do ponto de vista da sociedade, seja do ponto de vista económico, eram distintos. E essa competição, ou essa divisão, era um dos fatores que explicavam também a intensidade da rivalidade, ou seja, em termos económicos, de um lado tínhamos, enfim, uma economia de mercado, depois podemos discutir o quão mercado, ou o papel do Estado nesse mercado, mas uma economia de mercado de um lado, e do outro lado toda aquela ilusão do que foram as economias planificadas. O que é aqui diferente, nesta contenda atual, e não deixa de ser irónico, porque a China continua a ter planos quinquenais, continua a apelar a esse elemento mais ideológico, mas na prática esse elemento, essa dimensão económica, é uma grande diferença. A China não só está presente em quase todo o mundo, e em algumas partes do mundo, em alguns países, sobretudo no continente africano, é neste momento o principal país. A principal influência externa, em termos globais, e em alguns países, por exemplo, europeus, fez um conjunto de investimentos e de compras de empresas de alguns setores importantes. Portanto, a China está de facto presente no mundo, e o seu modelo económico é bom. Nem sei se podemos chamar modelo, mas fala-se muitas das expressões, ou muitos dos conceitos que são falados, esta ideia do capitalismo de Estado. Eu, pessoalmente, penso que talvez a forma ou o conceito mais adequado seja aquele que foi cunhado pelo Richard McGregor, que é um estudioso que acompanha a China há muito tempo, também como jornalista, que é esta ideia do «leninismo de mercado». Ou seja, a China abraçou e avançou para esta globalização, mas não deixou de ter o controlo do Estado naquilo que são os aspetos principais da sua economia, obviamente os setores estratégicos, mas sobretudo, hoje em dia, o que nós vemos, e vamos sabendo de forma muito clara, porque com Xi Jinping esse aspeto foi reforçado, é as grandes empresas chinesas, mesmo aquelas que foram feitas, ou à margem ou de certa forma tentando estar um pouco fora do radar do Partido Comunista da China, hoje em dia, para conseguirem operar, para conseguirem funcionar, estão sob a alcada do partido. E aqui talvez o exemplo mais evidente para todos tenha sido aquilo que aconteceu a Jack Ma e ao seu império, a Alibaba, e por aí fora. Portanto, quer se queira, quer não, há de facto essa realidade.

Esse é um elemento diferente, em termos do que era a dita Guerra Fria, no sentido, não podemos dizer clássico, mas naquilo que nós quando pensamos em bipolaridade, eu penso que a nossa imagem é remetida quase para a Guerra Fria, para esse período. Mas penso que essa, entre outras, é uma diferença muito grande.

Ainda no tema da economia, a União Europeia aprovou agora há pouco tempo o aumento das tarifas para os veículos elétricos chineses em até 45%, sendo que podemos esperar uma resposta da China na mesma moeda, uma vez que também aumentaram as tarifas para o brandy francês.

Estamos numa fase de enorme competição e vamos assistir a medidas e a contramedidas de um lado e do outro. Toda esta nova opção, ou esta política, até podemos chamá-la mais protecionista por parte da União Europeia, tem um contexto, e esse contexto explica-se por duas queixas, que depois de passar daquele período em que tudo corria bem, em que do lado europeu só se pensava naquele que é, sem dúvida, o grande trunfo do lado da China, que é o tamanho do seu mercado. Estamos a falar de um país que tem cerca de mil milhões e quatrocentos milhões de pessoas, portanto, é de facto um grande trunfo, e ao longo dos tempos, e sobretudo nos últimos anos, duas grandes queixas que quase todas as câmaras de comércio, quase todas as empresas foram fazendo. A primeira é a questão da reciprocidade, ou a falta dela, ou seja, por exemplo, a China pode operar em certos setores da economia europeia, seja em países específicos, seja em várias partes da Europa, mas empresas europeias não podem entrar, competir, comprar, fazer parte desse mesmo setor, por exemplo, infraestruturas energéticas, para citar o exemplo português, ou seja, há aqui uma desigualdade de acesso. E em segundo lugar, a segunda questão, que é uma questão até mais abrangente, é a de uma concorrência desleal, ou uma concorrência que não é justa. Isto porque um dos aspetos que caracteriza a expansão da China em termos económicos, e aqui também é diferente de outras levas até em termos de globalização e de expansão, tem sido o facto de a maior parte destas empresas fazer, ou ter uma, em termos bancários, grande fonte que são os bancos chineses. E os bancos chineses são, caracteristicamente, conhecidos por serem pouco transparentes, ou seja, nós não conseguimos perceber até onde vai as ajudas do Estado, até onde vão os auxílios. E portanto, na prática, o que acontece é que muitos destes produtos são subsidiados de forma direta ou indireta pelo Estado Chinês, o que os torna muito mais baratos e com isso arrasam ou acabam com a concorrência dos outros. E esse é o segundo argumento. Esse segundo argumento nós agora começamos a ver de uma forma mais óvia. Esse aspeto dos carros elétricos é um outro setor no qual a China é esmagadora e a questão dos painéis solares é outro, por exemplo. Há vários produtos em relação aos quais, de facto, o preço e a qualidade, também é preciso dizer, a qualidade dos produtos chineses é avassaladora. Outro setor no qual a China investiu, trabalhou muito, e está bastante avançada, é a questão do 5G. E aqui, em particular, uma empresa que é a mais conhecida, que é a Huawei. Portanto, são áreas ou setores, a que nós vamos ter que nos habituar, de certa forma, a este reequilíbrio entre os países europeus, e neste caso concreto a Comissão Europeia, e a República Popular

da China. Outra questão é saber se, acordando agora, ou seja, se ainda se vai a tempo de tentar nivelar essa concorrência que não é muitas vezes justa em igualdade de circunstâncias, eu aí tenho algumas dúvidas, mais dúvidas no sentido prático. Ou seja, acho que politicamente este é um sinal muito importante, e é um sinal que tem que ser dado, e que vai continuar a ser dado. Aliás, nesse aspecto a reeleição da Ursula von der Leyen permite-nos perceber que vamos ter aqui uma continuidade neste relacionamento entre a União Europeia, e concretamente a Comissão, e a China. Por outro lado, em termos práticos, há aqui muitas áreas nas quais a União Europeia começa atrasada ou talvez tenha acordado tarde. E, em última análise, quem responde ou quem tem a última palavra são os consumidores e, portanto, vamos ver como é que esta resposta, como é que esta maior rivalidade comercial, ou este reequilíbrio comercial, como é que isto se vai desenvolver nos próximos tempos.

Outro aspecto que pode fragilizar as relações entre a China e o Ocidente é a questão dos uigures. Existe uma passividade da sociedade internacional, e do Ocidente em específico, mas é um assunto que também não é dada a devida importância, a questão dos direitos, da liberdade, comparativamente à questão económica.

Claro que sim, esse é um tema fundamental. Talvez o pior exemplo seja o exemplo dado pela Volkswagen, pela marca de automóveis alemã, que tem uma fábrica em Xinjiang, fábrica essa que tem sido criticada em toda a linha, e, no entanto, ela continua. Em relação a Xinjiang e à questão dos uigures, têm sido feitas algumas iniciativas, algumas tentativas, mas o que elas não têm conseguido é ter muito sucesso, sobretudo porque estamos a lidar com um país como a China, que não é apenas uma ditadura como as outras, é A ditadura em termos internacionais. E tem vindo também a trabalhar de forma muito inteligente a sua narrativa. Eu diria que a questão dos uigures, e sendo os uigures maioritariamente muçulmanos, há aqui um esquecimento de todos, não é apenas um esquecimento ou o colocar em segunda ou terceira linha, há um esquecimento de todos. Há um esquecimento por parte de países que são democracias liberais, ou há talvez, até em alguns casos, a consciência do que está a acontecer, mas também há a consciência de que é extremamente difícil conseguir alterar alguma coisa face à forma como a China ocupa e tem vindo a levar a cabo esta campanha sistemática de aniquilar, por um lado, de restringir a população uigur. Há várias pessoas que têm trabalhado este aspeto, talvez o mais conhecido de todos seja o Adrian Zenz, cujos artigos são excelentes e ele explica como, por exemplo, uma das práticas mais sinistras é a da esterilização forçada das mulheres uigures, ou seja, é uma medida que na próxima geração, ou daqui a duas gerações, tem como efeito concreto a diminuição da população uigur. Nesse sentido, eu penso que há aqui o reconhecimento. O Parlamento Europeu, por exemplo, continua a ser uma instituição que olha muito para estes problemas, nomeadamente das questões relacionadas com direitos humanos, mas obviamente não é de todo suficiente. Outra coisa que eu penso que é importante é o facto de termos, por exemplo, por razões comerciais, por razões até estratégicas, também o

silêncio dos países muçulmanos face a este tema, porque para alguns desses países a China é um grande comprador de petróleo ou de gás natural, mas ao mesmo tempo há também aí um deixar cair e um esquecimento que me parece que tem que ser introduzido. Ou seja, é óbvio que mais poderia ser feito, no sentido de olhar, no sentido de dar mais atenção. Nesse sentido, por exemplo, o Parlamento Europeu, em 2019, atribuiu o seu prémio anual de liberdade de pensamento, de liberdade de expressão a Ilham Tohti, um uigur, um professor que foi preso, continua preso e vai continuar preso e, portanto, essas medidas são importantes. Mas, primeiro, é extraordinariamente difícil contrariar, criticar um país como a China, que é um país membro permanente do Conselho de Segurança. Qualquer iniciativa que chegasse sequer ao Conselho de Segurança seria obviamente vetada pela China e seria vetada pela Rússia já agora, porque há aqui um alinhamento, em termos destas questões de direitos humanos. A mesma coisa aconteceria com o que a Chechénia foi sofrendo ao longo dos anos, não é? Portanto, esse é um primeiro ponto, mas há também, e isso tem que ser integrado na resposta, há também uma não resposta ou um silêncio por parte de outros, de muitos países neste mundo, a começar pelos países muçulmanos, ou cujo regime se baseia nessa sua identidade muçulmana. E, portanto, talvez fosse ótimo ouvirmos mais sobre os uigures por parte, por exemplo, da Arábia Saudita, do Qatar e outros países, nomeadamente nesta questão muito concreta que é de facto terrível, mesmo terrível.



Raquel Vaz-Pinto no podcast "As Amigas de Eleanor" (foto: FLAD)

Passando agora de certa forma para o Médio Oriente, qual é que é a posição da China relativamente ao conflito que estamos a assistir entre Israel e o Hamas, uma vez que o seu posicionamento é um pouco subtil relativamente ao da Ucrânia.

O posicionamento tem tido aqui algumas nuances importantes.

Num primeiro momento, em termos mais estratégicos foi interessante para a China que existisse mais uma guerra importante a nível internacional, porque isso fez com que os Estados Unidos, como aliás estamos a assistir, se dividissem em termos de atenção. Essa é assim a primeira leitura. Depois uma segunda leitura foi a de se posicionar num primeiro momento de uma forma um pouco ambígua, mas depois de uma forma mais explícita, ou seja, de se posicionar no sentido de olhar mais ou ter mais em atenção. Aquilo que a China interpreta ser a questão da Palestina ou a questão árabe em geral, isto muito problemático em termos práticos, porque, como é evidente, o mundo árabe é uma falácia. Há rivalidades, há questões, há histórias,

há identidades. Mas foi nesse sentido. Depois também a enorme proximidade comercial, mas também a nível de outro tipo de interações diplomáticas entre o Irão e a China. Ou seja, de certa forma fomos assistindo a esta maior assertividade da China face à assertividade também por parte de Israel na resposta que deu. Portanto, nesse sentido parece-me que também há aqui uma dimensão comercial importante para a China. Toda esta região é um mercado importante e um mercado que pode ser reforçado e que pode também vir a ser mais trabalhado. Eu penso que essa foi a segunda fase. E aqui também temos que pensar que a China não considera ou não caracteriza o Hamas como sendo uma organização terrorista. E, portanto, há uma maior tolerância face a um lado do que em relação ao outro lado. Aliás, também é curioso vermos como uma das críticas, não muito altas, não muito evidentes, mas uma das críticas que se fazia sentir antes do 7 de outubro, era a de que existia demasiada proximidade em termos de compra de tecnologia por parte da China face a este Israel liderado pelo atual Primeiro-Ministro. Aliás, estava na calha uma visita do atual Primeiro-Ministro justamente à China. Esse aspeto há aqui, não é uma rutura no sentido total, mas há claramente aqui uma mudança de posições. Agora temos esta fase em que não só há a luta, a resposta de Israel ao Hamas, como a resposta de Israel ao Hezbollah e esta resposta e contrarresposta entre Israel e o Irão. E aqui parece-me que, se muitas vezes falamos de como é que é possível refrear Israel, pelo menos no alcance das suas retaliações ou das suas respostas, falamos pouco daquilo que é preciso ou de que país é que pode exercer qualquer tipo de contenção face ao Irão. E aqui claramente eu penso que o país que pode, não sei se quer, mas que pode fazer essa diferença é claramente a China. Por um lado, o Irão exporta a maior parte do seu petróleo para a China justamente. E por outro lado, entrando nesta fase mais alargada do conflito, eu penso que temos que fazer uma distinção entre o Hezbollah e o Hamas, que na prática para a China não há aqui um afetar de forma direta, e outra coisa é, por exemplo, os Houthis no Iémen, cujos ataques e cuja disruptão de todo o tráfego marítimo no canal, no Mar Vermelho, teve consequências para a China, como tem para a maior parte dos países, portanto, esse já é um aspeto menos interessante. Agora, de facto, neste contexto que estamos a falar, não é do interesse da China que este conflito se alargue para as infraestruturas energéticas, ou seja, para os poços de petróleo e para o gás natural. Portanto, aí entramos numa discussão muito mais alargada e num impacto muito mais profundo a nível dos preços. Tudo isto tem impacto a nível das economias e a arte em termos diplomáticos está aqui, na perspetiva da China. É uma perspetiva totalmente cínica, totalmente de *realpolitik*, não é? É manter o conflito como está, porque isso obriga os Estados Unidos a estarem absolutamente concentrados em tudo o que acontece naquela região, mas não ao ponto de este conflito alastrar e levar mesmo a uma guerra direta entre Estados, sendo esses Estados Israel e o Irão, porque isso depois também vai obrigar a países que até aqui têm sido países muito importantes na moderação, ou seja, na moderação neste sentido de tentar evitar que haja de facto esse alastrar do conflito, países como evidentemente o Egito e a Jordânia, por razões geográficas óbvias, mas também países como a Arábia Saudita, como o próprio Qatar, como os Emirados Árabes, ou

seja, há um conjunto de países árabes que nesta questão em concreto têm tido um papel de enorme prudência. Se esta guerra estala, este papel de prudência deixa de ser possível, e estamos a falar de facto de uma região, de uma área em relação à qual ainda, apesar de todos os esforços em termos de energias alternativas, energias limpas, de facto boa parte da nossa economia depende, mais ainda em termos europeus com o corte, a rutura que foi feita com a Rússia. Portanto, esta região tornou-se ainda mais relevante.

Passando para um tema que alguns preveem como uma possível guerra, é a questão de Taiwan. Nós assistimos a novas manobras militares por parte da China, e a questão, diria aqui para um milhão de euros, seria se a China vai realmente invadir Taiwan, que é uma pergunta que toda a gente se faz, e falou-se muito durante o início da invasão da Ucrânia.

Exatamente, porque havia ali características muito similares. Os conflitos em si mesmo são diferentes, mas de qualquer modo há muitos aspetos em comum. Ora bem, outra pergunta para a qual nós não temos uma resposta óbvia, mas é, eu se tivesse que escolher um conflito, uma situação, que neste caso é latente, que possa de facto levar a uma terceira guerra mundial, a minha escolha seria a questão entre a China e Taiwan. Porque do lado da China e sobretudo para o Partido Comunista liderado por Xi Jinping, há uma continuidade de considerar Taiwan a última parte do seu território que falta reintegrar. Podemos depois concordar, discordar, dizer que Taiwan foi uma colónia japonesa desde 1895 a 1945. Podemos também dizer que Mao Zedong, quando começou a dar entrevistas para fora, ainda era um jovem, um jovem no sentido político, que enumerou um conjunto de territórios que era preciso reconquistar e esqueceu-se de falar em Taiwan. Também podemos dizer que Taiwan só voltou à baila porque foi para lá que fugiu Chiang Kai-shek e o que restava da elite do Kuomintang em 1949. Podemos fazer este percurso como um todo, mas o que é facto é que para a República Popular da China, esta é uma questão, para já, que a China considera ser uma questão interna, portanto não é uma questão externa, é uma questão de soberania, e em segundo lugar é uma questão em relação à qual mais nenhum país tem o direito de se imiscuir. Esta é a forma como Beijing olha para esta questão. No entanto, do outro lado, o que é que nós temos? Estamos a falar de um território que tem cerca de 23 milhões de pessoas, parece sempre pouco, porque do outro lado temos o colosso demográfico que é a China, mas é de facto uma sociedade que foi, no fim dos anos 80 e início dos anos 90, foi mudando e que se foi transformando. E aqui há, na literatura académica, dois conceitos importantes. O primeiro é esta ideia de que esta ilha, de que Taiwan abraçou a ideia da «democratização» e da democracia liberal. Durante todo o tempo de Chiang Kai-shek e depois também do seu filho, Chiang Ching-kuo, Taiwan era a República da China, ponto final, era a alternativa, na perspetiva do Kuomintang, era a China verdadeira e não a China comunista. E depois, Chiang Ching-kuo levanta a lei marcial e começa aqui um caminho. Em meados dos anos 90, temos a primeira eleição para presidente, feita de sufrágio livre e universal. Portanto, Li Teng-hui foi o primeiro presidente eleito deste território. E a partir daí, esta ilha fez um caminho e hoje, por

qualquer índice, por qualquer daqueles surveys internacionais, Taiwan é uma democracia liberal plena. Em segundo lugar, ao longo de todo este processo e, sobretudo, devido ao *Taiwan Relations Act* de 1979, quando os Estados Unidos reconheceram diplomaticamente a República Popular da China e, portanto, a República da China foi passada para segundo plano, Taiwan deixou de ser considerada a China, mas o Congresso fez aprovar este documento e este documento assegura que os Estados Unidos fornecem a Taiwan todo o material bélico, as armas necessárias para que Taiwan se possa defender. E os Estados Unidos têm feito um caminho muito relevante no sentido de manter a integridade deste território. Em terceiro lugar, Taiwan foi extremamente inteligente em dois aspectos. Primeiro, especializou-se numa área de nicho sem a qual hoje em dia o mundo simplesmente não funciona, que são os agora famosos, semicondutores, em inglês os *chips*, e especializou-se, sobretudo, em semicondutores que são aqueles de topo, ou seja, aqueles que são tecnologia especializada e crucial, que têm um conjunto de aplicações, inclusive aplicações com uma utilização militar. Portanto, invadir a ilha nesta fase significaria um problema sério para a economia como um todo, a nível internacional. E depois também, porque deixamos de falar tanto em República da China, passamos a falar em Taiwan, e esse é que é o grande conceito, que na literatura se chama «taiwanização». Ou seja, de 1949 até meados dos anos 90, a população nesta ilha era como se fossem duas comunidades separadas. Aqueles que vieram do continente, os que vieram com Chiang Kai-shek, e os que já lá estavam, que aliás foram objeto de um massacre horrível, porque tentaram evitar ou tentaram resistir a que Chiang Kai-shek se instalasse e instalasse a sua ditadura aqui neste território. Estas duas comunidades, portanto, aqueles que já lá estavam e aqueles que vieram tinham uma relação muito difícil. E à medida também que essa geração foi morrendo, ou seja, as pessoas que vieram do continente que foram, pela lei lógica da vida, foram morrendo, as gerações já nascidas no território foram-se também tornando mais “taiwaneses”. E esta fusão é uma fusão muito interessante. E portanto, hoje em dia há uma muito maior identificação da maior parte da população como sendo taiwanesa. Taiwan tem tudo menos um dos critérios para ser reconhecido como um Estado. Ou seja, tem um território que é claro, tem uma população e uma identidade própria, tem um governo que funciona lindamente, é uma economia importante, tem setores estratégicos extraordinários, já para não falar da eletrónica em geral. O que é que falta a Taiwan? O reconhecimento dos outros Estados, porque evidentemente a China faz sentir todo o seu peso em termos diplomáticos e não só, em termos de todo o conjunto de consequências. Por último, o papel dos Estados Unidos. Nesta questão em concreto, o papel dos Estados Unidos durante muito tempo, aquilo que caracteriza a posição oficial dos EUA, que só reconhecem a República Popular da China como sendo a verdadeira China, mas o ponto também aqui é que a República da China já deixou de se identificar como República da China, embora esse seja o seu nome do ponto de vista mais formal, e passou a identificar-se como Taiwan. Ou seja, nós também, a partir do momento que utilizamos e chamamos a este território Taiwan, nós próprios estamos, não é a to-



Raquel Vaz-Pinto (foto: FLAD)

mar um partido, mas estamos a olhar para a questão já de uma forma, é diferente do que se nos referirmos a este território como República da China, por exemplo. Portanto, aquilo que tem caracterizado os Estados Unidos em termos de política externa é este outro conceito, que é esta ideia da ambiguidade estratégica. Ou seja, pensa-

-se que os Estados Unidos não deixarão Taiwan cair, mas há uma preferência clara para manter o *status quo*, manter as coisas como elas estão, que é esta indefinição, esta situação muito híbrida. E isso foi sendo feito ao longo dos tempos. Com Xi Jinping, há uma China muito mais impaciente. É uma China que, por exemplo, quando olhou para Macau e quando olhou para Hong Kong, pensou e criou aquela ideia, aquele conceito de um país, dois sistemas, que implicava que durante 50 anos cada um destes territórios eram democracias nem plenas, mas Hong Kong tinha de facto uma sociedade civil extraordinariamente forte e um pilar muito importante, o Estado de Direito. E esta ideia de um país, dois sistemas, fazia com que durante 50 anos em Hong Kong vigoravam as leis deixadas pelos britânicos, e em Macau as leis deixadas pelos portugueses. O ponto aqui é que com Xi Jinping, e sobretudo tendo em conta Hong Kong, o que aconteceu foi uma alteração dessa aposta e hoje em dia, muito honestamente, a ideia de que há um país, dois sistemas está morta e enterrada. Porquê? Isto foi também um ponto importante, porque a China pensou também neste contexto, Hong Kong e Macau com certeza, mas foi uma espécie de teste ou de treino para, de algum modo, tentar convencer Taiwan de que era possível Taiwan participar, voltar na lógica da China, ou seja, regressar à terra-mãe, portanto regressar à pátria chinesa e manter o seu modo de vida. E nada disto funcionou. Primeiro, as interferências chinesas, do governo chinês, em aspectos fundamentais do Estado de Direito de Hong Kong foram sendo cada vez mais sentidos, seja toda a manifestação daqueles chapéus de chuva amarelos, seja a contestação, por exemplo, aos manuais de história, que são manuais de história patrióticos, nos quais a China é embelezada e por aí fora. Houve um conjunto de respostas dessa sociedade civil que culminou com a resposta fortíssima da sociedade, mesmo antes da pandemia, durante meses os holofotes mediáticos estiveram centrados em Hong Kong e só acabou com a pandemia, com o início da pandemia, e, portanto, deixámos de estar tão atentos, mas Taiwan esteve muito atento. E para a população taiwanesa, o modo como a China reprimiu os manifestantes, como prendeu, há um conjunto de pessoas, de ativistas que estão presos, detidos, a forma como a China restringiu as liberdades que caracterizavam

Hong Kong, a liberdade de expressão, a liberdade de associação, e isso também ajudou aqui a sedimentar esta ideia de que não é possível, ou seja, a ilusão, porquê? Porque ainda por cima, ou dito de outra maneira, ainda bem para a sociedade taiwanesa, Taiwan é mesmo uma democracia liberal plena, portanto nunca ficou ali naquele sistema híbrido de Hong Kong ou de Macau, e se não foi possível integrar uma sociedade como Macau, como Hong Kong, naquela ideia toda muito bem definida, mas que não teve grande sucesso, imagine-se Taiwan. E também foi muito curioso vermos como o primeiro mandato de Tsai Ing-wen, a presidente que acabou agora o seu segundo mandato e passou a pasta no sentido em que venceu as eleições para presidente, um colega do seu partido, William Lai, e no fim do seu primeiro mandato, é muito engraçado porque ela estava com níveis de popularidade baixíssimos, e é interessante porquê? Porque ela vem de um partido que é o DPP, com a sigla em inglês, porque é aquela que nós geralmente utilizamos, que é um partido que assume essa identidade taiwanesa. Não é o Kuomintang, portanto o partido tradicional daqueles que vieram do continente e que também se tem vindo a adaptar, mas continua muito preso à ideia de que há uma China e por aí fora, portanto o DPP é assumidamente esse partido da oposição à narrativa mais oficial. E ela no final desse primeiro mandato, aquilo estava mesmo tremido, e foram as manifestações em Hong Kong, as pessoas na rua, e a forma como todas estas manifestações foram duramente reprimidas, que ajudou a que Tsai Ing-wen conseguisse vencer, conseguir um segundo mandato enquanto presidente. E ela fez, na minha perspetiva, um trabalho muito inteligente de, quando se dá a invasão, ou a maior invasão do território ucraniano em 2022 pela Rússia, ela ligou estes dois, estas duas situações e escreveu um artigo excelente, que eu aconselho vivamente, na Foreign Affairs, em que ela enfatiza três aspetos: a natureza democrática, portanto, quer a Ucrânia quer Taiwan estão, e ela diz esta expressão importante, na «linha da frente do combate das democracias». E depois, também de forma muito inteligente, um argumento, o argumento dos semicondutores, o argumento da boa *intelligence* sobre a China e por aí fora. Se de facto a China fizer isto, ou seja, invadir Taiwan, se os Estados Unidos não responderem, em termos daquilo que é a sua credibilidade na região, ou seja, os seus aliados nesta nova ideia do Indo-Pacífico, deste conceito em termos estratégicos, fica extremamente debilitada, porque a China tem um conjunto de conflitos territoriais com vários países, sejam os arquipélagos Spratly e as Paracel no Mar da China, sejam os conflitos na fronteira terrestre com a Índia, enfim, há um conjunto de conflitos territoriais e, portanto, se perante esta situação não for dada uma resposta forte, como essa resposta forte num primeiro momento da Ucrânia foi dada, isso foi algo que impressionou muito a liderança chinesa, porque se a Ucrânia tivesse sido invadida e não tivesse conseguido resistir daquela forma absolutamente admirável, provavelmente nós já estaríamos a discutir esta questão de Taiwan com mais ênfase, porque foi a resposta forte da forma como os Estados Unidos lideraram uma campanha, lideraram uma coligação de resposta, sanções financeiras, a questão dos armamentos. Hoje em dia, por razões internas e também porque temos estes dois teatros de operações, e sobretudo se, de facto, no dia 5 de novembro voltar à Casa Branca Donald Trump, a Ucrânia vai ter aqui um

problema muito sério e nós europeus vamos ter também esse problema para ajudar. Portanto, eu penso que aquilo que Taiwan muito inteligentemente fez foi colocar-se e tornar este seu dilema, esta sua crise existencial, porque é mesmo uma crise existencial, é torná-la internacionalizada. Nesse sentido, fala-se várias datas, fala-se 2027, porque será em 2027 que se celebram os 100 anos do Exército Popular de Libertação. Muito bem, é uma data. Depois, claro, 2049, que são os 100 anos da República Popular da China, e, portanto, isto tem que estar tudo arrumado e resolvido. É muito difícil de responder, mas há um ponto que, para mim, é evidente. Se isto, de facto, for posto em marcha, nós vamos estar muito perto, se não mesmo, de forma óbvia, numa Terceira Guerra Mundial e terá consequências globais. Portanto, isso, para mim, é muito evidente.

Já que abordou o 5 de novembro, a data que toda a gente espera ansiosamente, faço mais uma pergunta difícil, quem é que vai ganhar?

Não sei. É mesmo a resposta honesta. Não sabemos.

Está tudo em aberto.

Está tudo em aberto. As sondagens, que se acompanham de forma religiosa todos os dias, dão uma diferença que anda entre os 2% ou um empate. Portanto, está tudo mesmo em aberto. É verdade.

E agora, voltando um bocado à China, que consequências é que podemos esperar das novas administrações, em termos de política externa no geral, mas também em relação à questão do Indo-Pacífico?

Em termos de política externa, eu penso que há uma diferença enorme em relação à Europa. Vai ser mais difícil uma boa relação transatlântica entre, se Donald Trump vencer as eleições, mesmo a nível da NATO, não é preciso sair da NATO para empatar a organização, ou para transformar a organização num impasse, portanto, certamente a guerra, o esforço ucraniano nesta guerra, e em relação ao Médio Oriente, em particular à liderança israelita neste momento, portanto, ao atual Primeiro-Ministro, com Donald Trump, a margem de manobra será, eu diria, não digo total, mas quase total. Portanto, essas são duas grandes diferenças entre os dois. A terceira diferença parece-me a questão da relação com os aliados. Um dos aspetos mais positivos e mais interessantes da administração Biden foi a capacidade que o Presidente Biden teve, e isso notou-se muito na coligação para ajudar a Ucrânia, foi a de partilhar os louros de tudo o que foi sendo feito com os seus aliados, e perceber de forma muito clara que os Estados Unidos não conseguem fazer tudo sozinhos e, portanto, precisam desses aliados. Ou seja, há aqui uma convicção importante relativamente àquilo que é, neste caso, uma abordagem mais multilateral, embora aqui esteja a falar mais num contexto transatlântico, mas é o mesmo com outros países, noutras regiões do mundo. Com Donald Trump, esse aspeto do multilateralismo é muito menos forte, o que significa, eu diria, uma maior tentação de fazer coligações *ad hoc* ou de tratar de forma mais unilateral um conjunto de temas. Mas é uma questão em aberto. Em relação ao Indo-Pacífico, quer

quer um quer outro olham para esta região como crucial e isso vai manter-se. Aliás, dos poucos temas ou das poucas opções políticas que são consensuais entre o Partido Republicano e o Partido Democrata é justamente esta ideia de que a China é de facto um rival. O que depois vai ser aqui diferente de avaliar é como é que se faz isto, ou seja, se damos mais ênfase aos nossos aliados na região. Quer Trump quer Biden aplicaram-se de forma muito importante na ideia do Quad, em trabalhar toda esta região do Indo-Pacífico, portanto, isso acaba por ser uma continuidade. O que aqui vai fazer a diferença é, sobretudo, o estilo de liderança e depois a relação pessoal com as várias lideranças. Eu lembro-me como Donald Trump conseguiu irritar, insultar o primeiro-ministro da Austrália no seu mandato. A Austrália é, talvez, quando olhamos para o mundo, o aliado mais sólido dos Estados Unidos ao longo dos tempos. A Austrália esteve sempre ao lado dos Estados Unidos nos momentos importantes e, aliás, não é de toda coincidência que quando o Presidente Obama decidiu anunciar aquela ideia do pivô para o Pacífico, foi fazê-lo justamente na Austrália. E depois há um outro aspeto que é importante para se responder de forma plena a essa pergunta, que é quem vai ser a equipa, e nós aí não sabemos. A equipa, ou seja, quais são as pessoas que vão ocupar os lugares-chave a nível da administração daqueles lugares mais importantes. Quem é que vai ser o secretário de Estado, quem é que vai ser o secretário da Defesa, quem é que vai estar à frente do Conselho de Segurança Nacional. Depois também há nos Estados Unidos uma tradição, que não é comum na Europa, que é a de ter uma parte dos seus diplomatas serem de nomeação política. E aqui também é importante, porque alguns destes lugares são lugares fundamentais. Quem é que vai ser o embaixador dos Estados Unidos no Japão, ou a embaixadora? Neste momento é um embaixador que tem feito um trabalho muito importante. Quem é que vai ser o ou a embaixadora na Índia, outro país aqui crucial. Portanto, há estes aspetos que nós ainda não temos muito presente, mas em termos gerais, parece-me de forma clara que os países do Indo-Pacífico têm menos com que se preocupar, ou menos a temer, em termos de ênfase, de apoio, de relação, em termos gerais, do seu país, seja com quem for que ganhe as eleições em novembro. Já na Europa é diferente e no Médio Oriente a mesma coisa, mais concretamente este Israel de Netanyahu. Se fosse outro, talvez fosse diferente. Mas sim, podemos dizer a Ásia Ocidental como um todo. Esse é sem dúvida o ponto. O que depois vai fazer a diferença é o outro lado, ou seja, uma coisa é a política externa, que é feita pela administração, e depois o outro lado é aquele lado que nós conhecemos da administração Trump, que é o lado pessoal, da forma de estar, da forma de trabalhar. E aí há de facto um grande elemento de risco. Modi da Índia conseguiu entender-se bem com Trump. Shinzo Abe, o antigo primeiro-ministro japonês, conseguiu manter essa boa relação. Há outros países, outras lideranças que provavelmente terão mais dificuldades. Mas eu penso que, em termos gerais, se Trump for eleito, as grandes preocupações vão ser para os europeus.

Sugestões bibliográficas para saber mais sobre o tema:

Um bom ponto de partida é o livro de Stephen Haw, China, uma História, editado em português pela Tinta-da-china.

Outras leituras:

- Richard McGregor e o seu «The Party», Elizabeth Economy, «The World According to China», David Shambaugh, «China's Leaders: From Mao to Now» e Yan Xuetong, «Leadership and the Rise of Great Powers».
- Sobre a violação dos direitos humanos dos uigures ver Adrian Zenz:
<https://victimsofcommunism.org/leader/adrian-zenz-phd/>
- Sobre semicondutores ver Chris Miller, «The Chip War»
- Sobre Taiwan e a China ver Susan Shirk, «China, Fragile Superpower» e o artigo de Tsai Ing-wen na Foreign Affairs:
<https://www.foreignaffairs.com/articles/taiwan/taiwan-and-fight-democracy-tsai-ing-wen>

Um ano de conflito em Gaza

Por Alice Couto

No passado dia 7 de outubro, completou-se um ano do ataque do Hamas a Israel. Foram lançados mais de 5000 foguetes da Faixa de Gaza, foi aberto fogo contra barcos israelitas e deram-se incursões pelo sul de Israel. Também ocorreu um massacre num festival de música ao ar livre, resultando em cerca de 270 mortos e em vários reféns levados para a Faixa de Gaza pelo Hamas. Foi com estes ataques que recomeçou o que muitos chamam de guerra entre Israel e a Palestina, apesar de guerra presumir um combate onde as duas partes beligerantes têm meios equilibrados de disputa, algo que aqui não acontece, dado que Israel conta com o apoio de vários países ocidentais e a Palestina está sujeita ao domínio israelita desde que o estado sionista foi criado há 76 anos. Neste último ano, o mundo tem assistido impávido e sereno à limpeza étnica infligida ao povo palestiniano por parte das Forças de Defesa de Israel.

Números da crise humanitária

Estes 365 dias resultaram num total estimado de 52 mil palestinianos mortos, não havendo a possibilidade de saber qual é o número real dado que Israel foi destruindo todas as instituições que pudessem dar conta destes valores. Este valor só diz respeito às mortes diretas, ou seja, ao número de mortos vítimas de bombardeamentos israelitas, deixando de parte as milhares de mortes resultantes da destruição dos sistemas de saúde e das infraestruturas essenciais, bem como da fome que é imposta ao povo palestiniano. A este valor acrescenta-se o número de deslocados: 1,9 milhões de palestinianos (90% da população total) viram-se obrigados a trocar as suas casas por campos de refugiados que mais tarde Israel iria bombardear. A estas mortes palestinianas e de demais povos na região, somam-se também as de 128 jornalistas e de mais de 200 funcionários da ONU que se encontravam na faixa de Gaza, assassinatos esses levados a cabo por Israel e por si negados.

Não obstante toda a crise humanitária, há também uma crise na saúde, com 31 dos 36 hospitais da Palestina destruídos total ou parcialmente, estando atualmente apenas 13 em parte funcionais. Foram assassinados quase mil profissionais de saúde e entre 70 a 80% dos pacientes sofreram lesões na medula espinhal ou perderam mesmo membros do corpo. Mas não fica por aqui: também a insegurança alimentar assola o povo palestiniano, afetando 96% da população e colocando 22% em risco de fome. Isto deve-se à barragem de alimentos por parte de Israel, justificando-a dizendo que a comida não iria para a população, mas sim para os comandantes do Hamas. Mas não fica por aqui: foram destruídas todas as universidades palestinianas, perderam-se permanentemente 902 famílias, foram lançadas mais de 75 000 toneladas de bombas, e foram encontrados centenas de corpos com sinais de tortura e mutilados em valas comuns.

Reféns e protestos internacionais

Todos estes ataques são justificados por Israel como retaliação ao ataque do Hamas no dia 7 de outubro, que foi considerado o dia mais mortal para os judeus desde o Holocausto. Neste ataque, o Hamas matou mais de mil israelitas e fez cerca de 200 reféns entre os participantes do festival, reféns esses que Israel até hoje não conseguiu recuperar na totalidade. Isto tornou-se um impedimento às negociações de paz, dado que Israel exige os reféns todos vivos. Até à data, Israel já recuperou 7 reféns, tendo sido outros 101 libertados pelo Hamas por razões humanitárias ou por troca de prisioneiros palestinianos, mas falta recuperar dezenas.

Isto levou a protestos das famílias dos reféns e de vários israelitas, que consideram que o governo não está realmente empenhado em recuperar estas vidas, mas antes em prosseguir com os seus objetivos imperialistas. Estes protestos acabaram por se juntar aos que houve por várias partes do mundo que pediam um cessar-fogo imediato. A sua grande maioria teve origem nos Estados Unidos da América, entre movimentos estudantis que exigiam o fim da ocupação israelita no território palestino, e espalharam-se pelos quatro cantos do mundo. Portugal também fez parte destas manifestações, havendo várias ocupações por diversas universidades pelo país fora.

Expansão do conflito

Atualmente, Israel não está apenas a bombardear a Faixa de Gaza e a Cisjordânia, como esteve nos primeiros 11 meses de conflito. Já bombardeou também o Iémen, após a entrada dos Houthis no conflito em outubro do ano passado, e mais recentemente tem focado os seus esforços de guerra no Líbano, contra a milícia libanesa Hezbollah. Em resposta aos ataques do Líbano e ao ataque que vitimou o líder do Hezbollah, o Irão lançou dezenas de mísseis contra Israel no passado dia 1 de outubro. Grande parte dos mísseis foi interceptado e não houve feridos. Israel prometeu retaliar com o lançamento de um “ataque de larga escala”, e passado um mês declarou ter efetuado ataques “precisos e dirigidos” contra locais de fabrico de sistemas aéreos.



Ataque iraniano a Israel (foto: Euronews)

Todos estes ataques são feitos a países árabes que apoiam a causa palestiniana e são contra a existência do Estado de Israel. O Líbano foi um dos países que logo em 1948 manifestou-se contra a criação do estado de Israel em território palestiniano, e o Irão atualmente não reconhece Israel como um estado e considera-o uma extensão dos Estados Unidos e do seu imperialismo no Médio Oriente. Grande parte dos países árabes concordam com esta visão, sobretudo tendo em conta todo o apoio que os EUA dão ao estado israelita e à expansão do país desde a sua criação (expansão essa feita às custas dos territórios pertencentes à Palestina, tendo sido confiscados 23,7 quilómetros quadrados de terra palestiniana durante o corrente ano, e havendo mais de 700 000 colonos judeus a viver em mais de 300 colonatos ilegais na Cisjordânia ocupada)

Violações de Direito Internacional

A 29 de dezembro de 2023, a África do Sul instaurou um processo contra Israel no Tribunal Internacional da Justiça (TIJ). Acusa o estado sionista de cometer genocídio contra o povo palestiniano e de violar a Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio. Estas acusações têm por base a conduta israelita em relação aos palestinianos, incluindo o regime de apartheid de 75 anos (baseado no apartheid que houve na África do Sul, aqui também há a separação entre israelitas e palestinianos), a ocupação de territórios palestinianos de 56 anos



Ataque a um posto da agência das Nações Unidas para os refugiados palestinianos no norte da faixa de Gaza (Foto: EFE)

e o bloqueio da Faixa de Gaza que dura há 16 anos. Por agora, ainda só foram tomadas medidas provisórias, em que o Tribunal alegou que alguns atos cometidos em Gaza podem ser capazes de se enquadrar nas disposições da Convenção sobre o Genocídio. O primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, respondeu a esta decisão dizendo que acusar o país de genocídio "não é apenas falso, é ultrajante" - algo já habitual de cada vez que há oposição internacional aos atos desumanos praticados nos territórios palestinianos, juntamente com acusações de antisemitismo a quem se opõe.

Mas todas estas acusações por parte de Israel não são de agora, são desde quando o Estado foi criado em 1948 e começou a política expansionista, ocupando territórios que deviam pertencer à Palestina. Desde então, o TIJ já emitiu opiniões consultivas sobre a criação de um muro israelita na Cisjordânia, em 2004, e sobre as consequências legais decorrentes da conduta de Israel nos territórios palestinianos ocupados, em 2023. Em ambos os casos, os atos praticados por Israel são ilegais e não seguem o direito internacional. Já o Tribunal Penal Internacional investiga desde

2018 os crimes de guerra ocorridos na Palestina a partir de 2014, tendo emitido este ano um mandado de detenção a Netanyahu.



Vista aérea de um ataque israelita no Líbano (Foto: Diário de Notícias)

Posição de Portugal

Portugal faz parte da pequena minoria de países que não reconhecem a Palestina como um estado soberano, apesar de ser favorável à solução de dois estados. Por cá, são vários os apelos a um cessar-fogo, ao reconhecimento do Estado palestiniano, ao fim da limpeza étnica dos palestinianos e do cessar de hostilidades por parte de Israel aos demais países árabes envolvidos, sobretudo por parte de associações e coletivos.

Neste mês de setembro, foi descoberto um navio que operava sob a bandeira portuguesa e que transportava explosivos para Israel. Após uma petição com cerca de 3000 assinaturas ser entregue ao governo, Paulo Rangel, Ministro dos Negócios Estrangeiros, confirmou que o destino do navio era Israel. Ainda assim, passaram-se vários dias desde esta confirmação e a retirada efetiva da bandeira, dado que era preciso arranjar-se uma substituta. Isto pode traduzir-se numa possível violação da Convenção sobre o Genocídio, como alertou a Relatora Especial da ONU para os territórios palestinianos ocupados, Francesca Albanese.

E assim, há um ano começou esta “guerra”, e há 75 anos prossegue o Estado de Israel com a sua política de ocupação de territórios palestinianos, tendo neste último ano começado abertamente a matar e a subjugar à fome milhares de palestinianos todos os dias e a destruir todas as suas cidades com bombardeamentos incessantes. Contudo, isto não seria possível sem o apoio dos Estados Unidos, com a sua ajuda financeira de milhões de dólares, e do Ocidente em geral, que continua a não sancionar Israel pelos crimes humanitários e de guerra que tem cometido. Perante qualquer tentativa de ser feita justiça, o primeiro-ministro faz acusações de antisemitismo e justifica o terror imposto aos palestinianos como legítima defesa e como um esforço para acabar com o terrorismo na Faixa de Gaza (e nos demais países que está a atacar). Entretanto, continuamos a assistir a um conflito em tempo real pelo ecrã da televisão na nossa casa, que revolta apenas uma parte da população.

Eleições em Moçambique

Por Matilde Martins

A 9 de Outubro de 2024 tiveram lugar as eleições gerais moçambicanas. Nestas eleições, estiveram em jogo a Presidência da República, com as sétimas presidenciais, a Assembleia da República, com as sétimas legislativas e as Assembleias Provinciais, assim como os seus governadores, com as quartas. A votação incluiu legislativas, com 250 deputados, e assembleias provinciais e respetivos governadores de província, com 794 mandatos a distribuir. A Comissão Nacional de Eleições (CNE) aprovou as listas de 35 partidos políticos candidatos à Assembleia da República e 14 partidos políticos e grupos de cidadãos eletores às assembleias provinciais.

Quem concorreu a estas eleições

No âmbito destas eleições moçambicanas, não concorreu o anterior chefe de Estado, Filipe Nyusi, dado que este último já atingiu o limite constitucional de dois mandatos. Para além de Venâncio Mondlane, que disputa a Presidência da República, concorreram Lutero Simango, apoiado pelo Movimento Democrático de Moçambique (MDM), terceira força parlamentar; Daniel Chapo, com o apoio da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), que está no poder desde o ano de 1975; e Ossufo Momade, com o apoio da Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), o maior partido da oposição.

Acordos Políticos entre a FRELIMO e a RENAMO

O Centro de Integridade Pública (CIP) acusou os dois principais partidos moçambicanos de terem acordado secretamente um acesso limitado ao poder por parte da oposição de forma a silenciar possíveis denúncias de fraude nas eleições presidenciais, legislativas e provinciais de 9 de Outubro em Moçambique. De acordo com a organização que acompanha o processo político no país desde o ano de 2005, o Presidente Filipe Nyusi, líder da FRELIMO no último mandato, e o líder da RENAMO, Ossufo Momade, terão negociado "os resultados eleitorais fraudulentos", em encontros secretos.

Numa época em que surge uma nova candidatura que põe em causa a hegemonia dos dois principais partidos moçambicanos, como é a de Venâncio Mondlane, este alegado acordo secreto serviria para manter o status quo da política moçambicana por, pelo menos, mais um mandato. Mondlane lançou-se na corrida de forma independente, após a RENAMO não o querer como candidato presidencial, apesar do seu bom resultado em Maputo nas autárquicas e a sua popularidade entre a camada mais juvenil, especialmente em na capital. A FRELIMO manipularia os resultados, aceitando a RENAMO o silêncio a troco de algum poder provincial.

Fundos de Campanha

A Comissão Nacional de Eleições, a somente dez dias do início da Campanha eleitoral, ainda não tinha transferido os fundos destinados aos partidos políticos, como está estipulado na lei. Este atraso gerou descontentamento.

Deste modo, os partidos da oposição denunciaram a conduta do órgão, dizendo que este agiu de forma intencional para prejudicar as suas campanhas e, por conseguinte, acabou por dizimar as suas possibilidades de alcançar a vitória.

De acordo com a legislação moçambicana, a Comissão Nacional de Eleições deveria ter disponibilizado os valores requeridos até 21 dias antes do início da Campanha eleitoral. Contudo, o porta-voz da Comissão Nacional de Eleições, Paulo Cuinica, esclareceu que o desembolso dos fundos estava dependente do Ministério da Economia e das Finanças. Sem os recursos necessários para organizar o processo eleitoral, a democracia, que por si só já é frágil, fica ainda mais comprometida.

Questão do MPLA

O candidato presidencial e líder da FRELIMO em Moçambique, Daniel Chapo, procurou em Luanda o apoio do MPLA, considerando que estes dois partidos e países têm compartilhado os mesmos processos históricos. Ambos os partidos políticos nasceram e lutaram juntos pelas suas respectivas independências, conquistadas no mesmo ano, a de Moçambique a 25 de Junho e a de Angola a 11 de Novembro do ano de 1975.



Daniel Chapo (à esquerda) com o Presidente de Angola, João Lourenço (à direita) (foto: Ver Angola)

Citando as próprias palavras de Daniel Chapo, o candidato presidencial pela FRELIMO, "o que me levou a estar aqui é a necessidade de estreitar relações e a cooperação entre os dois países, mas principalmente, entre os partidos, e também pedir apoio aos nossos irmãos angolanos, em especial ao MPLA, para este processo eleitoral que se avizinha. Vamos ter eleições a 9 de Outubro e precisamos de vencer e vencer bem, e unidos vamos conseguir vencer."

Caso de Cabo Delgado

Após Moçambique ter sido oficialmente declarado como país livre de minas terrestres há menos de uma década, a população de Cabo Delgado, região Norte do país, encontra-se uma vez mais sob ameaça, com novos relatos a surgirem nestes

últimos meses. Em Cabo Delgado, província em conflito desde o ano de 2017, as informações davam conta de votações pacíficas em Pemba, a capital. Não obstante, não se sabe como se deu o sufrágio nas zonas tidas como mais inseguras.

Ainda que o Governo, as autoridades eleitorais e a FRELIMO tenham assegurado que estavam reunidas as condições para os pouco mais de 1,4 milhões de eleitores recenseados exercerem o seu direito de voto, as empresas de análise de segurança alertam para os riscos por toda a província. A empresa de consultoria estratégica Sibylline sublinhou o risco elevado do grupo jihadista Al-Sunnah wa al-Jamma, comumente conhecido como Alshabab entre os moçambicanos, perturbar o processo eleitoral com o objetivo de instaurar a instabilidade, aumentando a probabilidade de ataque na província de Cabo Delgado.



Militares Moçambicanos em Cabo Delgado (foto: SIC Notícias)

O candidato presidencial Venâncio Mondlane apontou a presença de multinacionais petrolíferas na província de Cabo Delgado e a violência armada que se seguiu, como provas de que Moçambique está a ser negociado com "o grande capital", tendo proferido que tenciona acabar com a venda de Moçambique a multinacionais caso se sagre vencedor, condenando o Governo da FRELIMO por gestão indevida do próprio país.

Resultados das eleições

No maior círculo eleitoral, a província de Nampula, só 28,41% dos recenseados foram às urnas votar nas presidenciais. Na Zambézia, o segundo maior círculo, a taxa foi superior; contudo, ficou-se pelos 33,41%. Ademais, também no Niassa (32,91%) e em Cabo Delgado (34,19%) a percentagem de participação dos eleitores no sufrágio foi baixíssima.

Nas eleições para as assembleias provinciais, a RENAMO, o partido encabeçado por Ossufo Momade, que mesmo assim manteve o segundo lugar, conseguiu 54 dos 867 mandatos, enquanto o PODEMOS elegeu 42 e o MDM 27, ficando sem representação na província de Gaza, onde o partido de Reconciliação Nacional lhe

"retirou" o deputado. Assim como nas presidenciais e nas legislativas, a FRELIMO também nas eleições provinciais dominou os resultados, ficando com todos os cargos de governadores e elegendo 731 deputados provinciais.

Conforme os resultados do apuramento intermédio apresentados pela Comissão Provincial de Eleições da Zambézia, com 2.140.125 eleitores recenseados, Daniel Chopo, apoiado pela FRELIMO, partido no poder, ao cargo de Presidente da República, venceu com 644.702 votos válidos (73%), seguido por Venâncio Mondlane, apoiado pelo extraparlamentar PODEMOS, com 125.182 votos (14,17%). Apoiado pela RENAMO, maior partido da oposição, Ossufo Momade ficou em terceiro lugar, com 86.762 votos (9,82%), e por último, Lutero Simango, apoiado pelo MDM, terceira força parlamentar, com 27.475 votos (3%).

De acordo com a Comissão Eleitoral, na votação para as legislativas, em que deverão ser escolhidos 250 deputados, dos quais 41 a eleger pelo círculo eleitoral da Zambézia, ocupam os quatro primeiros lugares a FRELIMO, com 666.203 votos (73%), a RENAMO, com 138.685 votos (14,99%), o PODEMOS, com 69.728 votos (7,54%), e o MDM, com 20.268 votos (2,18%). Nas assembleias provinciais, cujo cabeça-de-lista vencedor é eleito governador provincial, a FRELIMO também está na dianteira, com 618.101 votos (71,70%), seguido da RENAMO, com 136.929 votos (15,88%), pelo PODEMOS, com 63.621 votos (7,38%), e pelo MDM, com 22.517 votos (2,61%).



Uma mulher à frente de vários cartazes de campanha de Daniel Chopo (foto: BBC)

Conforme a ata dos resultados da votação, lida por Ana Chemane, da Comissão de Eleições na cidade de Maputo, que contava com 700.906 eleitores recenseados para votar, Daniel Chopo conseguiu 204.117 votos, correspondentes a 53,68% dos votos válidos, e para as legislativas a FRELIMO alcançou 236.310 votos, o equivalente a 57,78%. Maputo elege nestas eleições um total de 13 deputados à Assembleia da República.

O candidato presidencial Venâncio Mondlane ficou na segunda posição, com 128.769 votos (33,84%), e a força política que o apoia, o PODEMOS, também em segundo lugar nas legislativas, com 83.963 votos (20,53%). O candidato presidencial

Ossufo Momade, líder da oposição na altura, ficou em terceiro lugar, com 36.560 votos (9,62%), posição também ocupada pelo seu partido, RENAMO, com 51.635 votos, para as legislativas. Lutero Simango, na cidade de Maputo, ficou na quarta posição na eleição presidencial, com 10.893 votos (2,86%) e o partido que o apoia, MDM, terceira força parlamentar, com 25.912 votos (6,34%), para as legislativas.

Leitura das eleições

A FRELIMO conseguiu obter a maior votação em 30 anos de eleições multipartidárias no país, ao mesmo tempo que experienciava a maior contestação ao seu poder de quase meio século em Moçambique, elegendo 195 deputados, superando os 193 conseguidos no ano de 2009, e deixando em aberto a possibilidade de ter mandatos suficientes para poder rever a Constituição.



Daniel Chapo com apoiantes (foto: The Standard)

Por outro lado, o resultado atesta a queda vertiginosa da RENAMO. O partido criado por Afonso Dhlakama, que lutou na Guerra Civil contra a FRELIMO e que liderou a oposição desde as primeiras eleições multipartidárias, perdeu esse estatuto. Entre as eleições do ano de 2019 e estas, a RENAMO perdeu 69 deputados e ficou com uma bancada reduzida a

apenas 20 deputados na Assembleia da República. Quem tomou as rédeas da liderança da oposição foi um partido criado no ano de 2019 que não tinha qualquer assento parlamentar e que jamais iria ambicionar chegar aos 31 deputados, e tudo isto graças a Venâncio Mondlane. Após este candidato presidencial não ter conseguido legalizar o seu partido, o PODEMOS, encabeçado por Aníbal Forquilha, ofereceu-se para fornecer apoio à sua candidatura, tendo-o transformado no fenómeno político destas eleições moçambicanas. Com o surgimento do PODEMOS e com a manutenção do MDM no Parlamento, mesmo perdendo dois deputados, passando, assim, a ter apenas quatro, a Assembleia da República conta pela primeira vez com quatro partidos representados.

Fraude eleitoral e violência

Mais de 17,1 milhões de eleitores foram chamados a eleger Presidente, deputados, governadores e deputados provinciais. O dia 9 de Outubro pautou-se por um enchimento de urnas com votos falsos, com pessoas a serem apanhadas em flagrante pelos populares e que chegou a gerar violência em certos casos, im-

pedimentos de acesso dos delegados dos partidos às mesas de voto, eleitores cujo nome não estava disposto nos cadernos eleitorais e até se presenciou um apagão numa escola no início da contagem de votos.

A Sala da Paz, organização que faz a monitorização dos processos eleitorais em todo o país, com 800 observadores próprios no terreno, apenas tinha registos de agitação em cerca de 20% das mesas de voto e uma presença de pelo menos um delegado em 95,4% das mesas, sendo a FRELIMO o partido com maior presença. Em Nampula, havia polícias camuflados de membros de mesa de voto e também havia na presidência das mesas funcionários públicos e detentores de altos cargos públicos, pessoas estas que por lei não deveriam lá constar.

Embora seja considerada “reprimida” desde o ano de 2020, segundo a classificação da CIVICUS, organização esta procura monitorizar e fortalecer a sociedade civil, esta última conseguiu organizar-se para trazer mais transparência às eleições, ao denunciar os mais variados exemplos de fraude, manipulação, intimidação e abuso eleitoral. O trabalho levado a cabo por estes atores torna possível acreditar que a democracia, os direitos humanos e as eleições íntegras ainda têm espaço para se expressarem em Moçambique.

Duplo Homicídio

O candidato presidencial Venâncio Mondlane declarou-se vencedor das eleições para Presidente da República de Moçambique, partindo dos resultados das atas e editais da votação que estão a ser processados pela sua candidatura.

O advogado Elvino Dias, ávido defensor de casos de direitos humanos em Moçambique, era assessor jurídico de Venâncio Mondlane e da Coligação Aliança Democrática (CAD), formação política que apoiou num período inicial este candidato a Presidente da República, até a sua inscrição para as eleições gerais ter sido rejeitada pela Comissão Nacional de Eleições (CNE). Venâncio Mondlane viria posteriormente a ser apoiado na sua candidatura pelo PODEMOS, cujo mandatário nacional das listas às legislativas e provinciais, Paulo Guambe, também seguia na viatura alvo do crime.

Este ato homicida vem manchar um processo eleitoral que estava a decorrer de modo particularmente pacífico, tendo em conta o historial moçambicano, e vem também diminuir as expectativas de avanços democráticos e de respeito pelos direitos humanos neste país, fornecendo a indicação à oposição de que não é viável uma transferência de poder isenta de violência.

Reação Internacional

A União Europeia condenou os homicídios, frisando em comunicado que “numa democracia não há lugar para assassinatos com motivações políticas” e exigindo “uma investigação imediata, exaustiva e transparente, que leve a tribunal os responsáveis por este crime ultrajante” e que “esclareça as circunstâncias em que

ocorreu". A Missão de Observação Eleitoral da União Europeia continua no país. "Esperamos que os órgãos de gestão eleitoral conduzam todo o processo com toda a diligência e transparência necessárias, respeitando a vontade expressa pelo povo moçambicano."

O secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, condenou os assassinatos de dois apoiantes do candidato presidencial Venâncio Mondlane, apelando a investigação dos acontecimentos. Nas suas palavras, apela ainda "a todos os moçambicanos, incluindo os dirigentes políticos e os seus apoiantes, a manterem a calma, exercerem contenção e a rejeitarem todas as formas de violência antes do anúncio oficial dos resultados". As representações diplomáticas em Maputo dos Estados Unidos, Canadá, Noruega, Suíça e do Reino Unido condenaram também o duplo homicídio.

Reação portuguesa

O Ministério dos Negócios Estrangeiros português condenou veemente os homicídios: "Portugal condena liminarmente os assassinatos do mandatário do PODEMOS Paulo Guambe e do advogado Elvino Dias". "O povo moçambicano exerceu legitimamente o seu direito de voto. Fazer jus à sua maturidade cívica implica garantir o carácter pacífico e ordeiro do processo subsequente".

www.portugaldiplomatico.com